

A PARTICIPAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO (BRASIL) E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE.

Prof. Dr. Evaldo Piolli
UNICAMP
epiolli@unicamp.br

Prof. Dr. José Roberto Montes Heloani
UNICAMP
rheloani@gmail.com

Profa. Dra. GisileyPaulimZuccoPiolli
SME de Valinhos /SP
gisileyp@gmail.com



RESUMO: Trabalho que analisa as políticas educacionais e a participação empresarial na tomada decisão sobre os programas implantados pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Procuramos demonstrar as confluências desses programas implantados com o ideário da Nova Gestão Pública e os aspectos do gerencialismo, da autonomia controlada, hiperburocratização e da performatividade competitiva. No sentido de demonstrar esses aspectos fizemos uma breve análise da participação recente do setor empresarial na agenda da política educacional no Brasil e no Estado de São Paulo. Em seguida, analisamos algumas das ações da Secretaria Estadual feitas a partir da parceria com as entidades participantes do Programa Compromisso São Paulo. Os programas até aqui analisados tem produzido uma reconfiguração do trabalho docente e de todos os profissionais que atuam no sistema de ensino promovendo a desregulamentação da carreira nos moldes atuais e fixando novos critérios centrados na produtividade e na meritocracia. O esquema gerencial dos programas está contribuindo para o aumento dos controles e da intensificação do trabalho, assim como também de maior responsabilização e *culpabilização* dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho docente – política educacional – setor empresarial

Introdução

Nesse texto vamos analisar a aproximação e as influências do setor empresarial na agenda educacional do Estado de São Paulo (Brasil) e suas implicações no trabalho e

na carreira docente. Contudo cabe-nos destacarmos que essa interferência vem se dando de forma mais intensa a partir das reformas educacionais e do processo mais amplo de reforma do aparelho de Estado ocorrido a partir dos anos 1990 sob os critérios de racionalização da “Nova Gestão Pública” (BRESSER-PEREIRA, 1998) que engendram amplos processos de desconcentração, descentralização, *publicização*, privatização, terceirização, controle e avaliação dos serviços prestados pelo Estado.

Nosso entendimento é que as confluências das políticas acima com o ideário da nova gestão pública que situa a educação como serviço não exclusivo do estado propiciou as condições para que o setor empresarial passasse a disputar de forma crescente o espaço na tomada de decisão dentro da agenda educacional do Brasil.

No Estado de São Paulo, essas reformas estão produzindo mudanças significativas no trabalho de todos os profissionais que atuam no sistema de ensino, fixando novas prescrições, novas regulações, bem como, conflitos e tensões. A produtividade e a qualidade passam a orientar a gestão dos serviços públicos submetendo-os a critérios quantitativos, indicadores e *rankeamento*. Essas práticas emergem, portanto, como componente essencial do processo de racionalização do Estado e, conseqüentemente, da concepção e implantação das políticas públicas.

Os novos direcionamentos em termos de política educacional no Brasil acompanham as tendências mundiais que compreendem a qualidade da educação vinculada a melhoria dos indicadores e na posição em *rankings*, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)¹. Essa agenda mundializada conta, também, desde a década de 1990 com influência maior dos organismos internacionais nessas políticas.

A educação passa a ser um tema de interesse supranacional e a formação vai sendo orientada por uma perspectiva pragmática, com a devida participação de novos agentes na oferta e regulação da educação em âmbito mundial. Segundo Bruno (2011, p. 553) passa a ser regida por novos centros de poder, “verdadeiros braços sociais das empresas”, tais como agências multilaterais, associações empresariais, organizações transnacionais e ONGs.

¹ Programa coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil esse programa é coordenado pelo INEP. Essas avaliações são aplicadas a cada três anos. Os dados e resultados produzidos são utilizados para amparar os governos e nortear políticas.

Atualmente estamos acompanhando esse movimento através de duas pesquisas em andamento no âmbito do Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS) juntamente com os pesquisadores do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE). São elas: 1) “as condições de trabalho e a saúde dos supervisores de ensino do Estado de São Paulo” realizada juntamente com Sindicato APASE e; 2) O PROCAD que trata das “Experiências Pedagógicas das Políticas de Educação Integral na Amazônia: Rede de Pesquisa e Formação Acadêmica” que integra pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Nessa pesquisa estamos analisando o trabalho docente dentro do programa de ensino integral de São Paulo.

No Estado de São Paulo, assim como em âmbito federal, a entrada do setor empresarial se fará a partir de dois elementos: 1) o da racionalização dos processos gerenciais sob critérios da qualidade de viés empresarial que se torna um campo aberto para a disputa do fundo público pelos interesses privados e; 2) A produtividade do capital – formação da força de trabalho para atuar na base organizacional e tecnológica do trabalho conforme os preceitos da teoria do capital humano. (SHULTZ, 1973;FRIGOTTO, 1995; BRUNO, 2011)

Os programas da SEE – SP implantados com a participação do setor empresarial, reforçam aspectos do gerencialismo (GAULEJAC, 2007), autonomia controlada e hiperburocratização (LIMA, 2011) e da performatividade competitiva (BALL, 2005) e promovem a reconfiguração do trabalho docente e dos demais profissionais que atuam no sistema de ensino.

Lima (2011, p.11) destaca que o “cânone gerencialista na educação”, sob influência da “Nova Gestão Pública” e das respectivas “lógicas de ação de tipo empresarial”, estão promovendo o setor privado como política pública. Essas práticas estão subordinando de forma crescente a educação “a objetivos econômicos, de empregabilidade, produtividade e competitividade, designadamente através dos discursos da qualidade e da excelência”. Esse modelo gerencial caracteriza-se também pela implantação de medidas de responsabilização e de autonomia controlada, compreendidos como opção preferencial para o alcance de resultados. São processos que situam o papel do Estado na gestão de políticas públicas na condição de auditor e

avaliador à distância. Tal como apontam Lima (2011) e Ball (2005) a busca de resultados (eficácia e eficiência) dentro da política de qualidade acaba por estimular mudanças significativas no trabalho dentro do setor público, agora submetido a uma cultura de *performatividade competitiva*.

Há que se considerar também a tese de Lima (2011, p. 12) referente a ao processo por ele denominado de hiperburocratização com a qual concordamos uma vez que a centralização dos meios de controle pode ser facilmente visualizada no sistema público de ensino paulista, assim como também, os processos indutores de responsabilização e *culpabilização* dos docentes (Ravitch, 2011) dentro de um modelo organizacional baseado em metas e resultados. Tal é o caso das reformas curriculares e do esquema de apostilamento implantado rede de ensino pela SEE –SP em 2007 cujos conteúdos estão orientados para a matriz do SARESP. Não menos importante, para exemplificar a centralização, a implantação da Secretaria Digital e a Reorganização da Secretaria da Educação apresentadas no tópico anterior.

4

1. O setor empresarial na agenda educacional de São Paulo

A relação do setor empresarial com o governo estadual veio sendo firmada ao longo do tempo e hoje está consolidada no Programa “Educação: Compromisso São Paulo” do atual governo ². Todas essas práticas surgem vinculadas ao discurso da “qualidade da educação” fundado em princípios típicos da empresa privada³. O foco se fixa na gestão para resultados.

O programa foi criado a partir do Decreto nº 57.571/2011 de dezembro de 2011 (SÃO PAULO, 2016 a) o qual estabeleceu a composição para o Conselho Consultivo. Na composição do conselho predominam representantes do setor privado. A quase

² São Parceiros do programa: Instituto Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Comunidade Educativa Cedac, Instituto Hedging-Griffo, Fundação Itaú Social, Tellus, Parceiros da Educação, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Bradesco, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), ICE (Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação), Instituto Península, Fundação Arymax e da consultoria internacional McKinsey&Company. (São Paulo,2011). (SÃO PAULO –SEE, 2011)

totalidade desses representantes integram os “Parceiros da Educação” que é uma associação sem fins lucrativos, ou melhor, uma Organização da Sociedade Civil Pública (OSCIP) fundada em 2004. Essa organização foi fundada com o propósito de estabelecer parcerias entre empresas, empresários e as escolas da rede pública.

O Programa Educação- Compromisso São Paulo elegeu cinco pilares para sua atuação. São eles:

valorizar e investir no desenvolvimento do Capital Humano da Secretaria; aprimorar as ações e a gestão pedagógica da Rede com foco no resultado dos alunos; mobilizar, Engajar e Responsabilizar a Rede, os Alunos e a Sociedade em torno do processo de ensino-aprendizagem; Lançar as bases de um novo modelo de escola e um regime na carreira do Magistério mais atrativo e; viabilizar mecanismos organizacionais e financeiros para operacionalizar o Programa. (SÃO PAULO -SEE, 2013 a).

5

Desde sua criação o “Compromisso São Paulo” orientou toda uma política de reorganização da Secretaria para o qual obteve a colaboração e a consultoria das entidades acima relacionadas. Essas mesmas entidades colaboraram com o financiamento para a contratação da consultoria empresarial *Mckinsey* não apenas para essa tarefa, mas para assessorar a formulação da política educacional do Governo do Estado. Este movimento não é exclusivo do Estado de São Paulo, mas também de outras unidades da federação. Hoje este trabalho e acessória tem sido desempenhado pela consultoria *Falconi*⁴.

A influência do setor empresarial nas políticas educacionais ocorre de forma muito semelhante ao modelo de reformas implantadas no sistema escolar americano nos anos 1990 e início dos anos 2000, empreendidos por lideranças políticas e econômicas defensores do livre-mercado apoiados por grandes fundações empresariais. Esses atores foram denominados de “Reformadores Empresariais” por Ravitch (2011). Nesse período foi instituída a política “*No ChildLeftBehind*”, NCLB (Nenhuma criança fica para trás). Essa reforma, considerada pela autora como o “Cavalo de Tróia” do sistema escolar dos EUA, baseava-se na possibilidade de as famílias escolherem a “melhor escola” (Escolha escolar) para seus filhos. Com isso levavam as subvenções oferecidas pelo Estado. Isso estimulou a competição entre as escolas na captação de alunos e mais

⁴Consultoria privada de gestão que atua em empresas privadas e no setor público. Atuou no Programa Choque de Gestão durante os governos de Aécio Neves entre os anos de 2003 a 2010. Promoveu a reorganização gerencial do Estado sob critérios de qualidade centrados em resultados e corte de gastos.

recursos. O sistema funciona baseado em testes padronizados e *rankeamento* das instituições de ensino. Os níveis de proficiência (a ascensão e queda dos escores) em leitura ou matemática tornou-se a variável crítica para julgar os estudantes, professores e diretores de escola. Os testes assumiram o poder de responsabilizar as escolas e seus profissionais adotando esse critério como o único possível de avaliar o trabalho realizado para educar os estudantes.

A título de esclarecimento vale destacar que a consultoria *Mckinsey* atuou de forma semelhante, com apoio de diversas entidades privadas entre elas a Fundação Gates , no processo de privatização e reorganização da no início dos anos 2000 na cidade de Nova York, durante a gestão do Prefeito Michael Bloomberg e do Secretário de educação Joel Klein. Ampliou políticas de responsabilização docente, incentivos ao pagamento por mérito, estreitamento curricular (linguagem e matemática) avaliação por testes padronizados. Mas o principal foi a colaboração com a reorganização da secretaria de educação e das escolas. O secretário promoveu uma reorganização das escolas para maior controle vertical transformando-as em escolas menores. (RAVITCH, 2011)

A reorganização foi um modelo corporativo de controle fortemente centralizado, hierárquico e vertical, com todas as decisões sendo tomada no Tweed e com uma supervisão estrita de cada sala de aula para garantir que as ordens saídas do quartel general fossem precisamente implementadas. A percepção geral era de que o prefeito planejava comandar o sistema escolar como uma empresa, com procedimentos padronizados de operação ao longo do sistema. (RAVITCH, 2011, p. 91)

Muitas das entidades empresariais⁵ participantes do Conselho Consultivo do Programa Educação: Compromisso São Paulo, também compõe a Organização “Todos pela Educação”⁶ que atua em nível nacional. Esta organização surgiu em 2005 por

⁵ Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação EducarDPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros

⁶Composição do “Todos pela Educação”: Mantenedores: Fundação Educar DPASCHOAL, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica (Vivo), Gerdau, Instituto UNIBANCO, ItaúBBA, Santander, SUZANO, Fundação Lemann, Instituto Península, Fundação Vale, Instituto Natura, Instituto Samuel Klein. Os parceiros são: Grupo ABC, DM9DDB, Rede Globo, Editora Moderna, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, FriendsAudio, Fundação Victor Civita, McKinseyBrazil, Microsoft, Instituto Paulo Montenegro, Banco HSBC, Futura, Editora Saraiva, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, PATRI - Políticas Pública, Luzio, Itaú Cultural.

iniciativa de um grupo de lideranças do setor empresarial. Em 2006, em evento realizado no Museu do Ipiranga em São Paulo ocorre a formalização dessa organização com o lançamento do documento “Compromisso Todos pela Educação”. O documento é apresentado como uma iniciativa da sociedade brasileira com a missão de “a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade” até o ano de 2022. Foi com esse movimento que o setor empresarial passou a disputar de forma mais intensa a agenda educacional, portanto, dando maior ênfase para o aspecto da gestão e da avaliação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007⁷, reforçou e estimulou, em âmbito federal, a aproximação do setor empresarial nas decisões relativas à educação e as tendências gerenciais já indicadas. Esse plano consistiu de um conjunto de 30 ações centradas na “melhoria da qualidade”.

Saviani (2007) destaca que no contexto indicado o PDE que leva o nome de ‘Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação’, assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do ‘Compromisso Todos pela Educação’.

A ementa do Decreto destaca: Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (SAVIANI, 2007, p. 1243)

O PDE vinculou a permanência na escola à qualidade do ensino instituindo o IDEB como principal instrumento para aferi-la. O Ideb é composto pelo resultado dos alunos em avaliações aplicadas em todo país, como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) como também pelas taxas de aprovação e de evasão escolar. Para ter acesso aos programas federais, à assistência técnica e aos recursos adicionais do MEC os Estados e Municípios aderem ao Programa de Ações Articuladas (PAR), que é uma espécie de PDE local, e se comprometem com as metas para melhoria dos resultados.

Para conhecermos melhor a concepção e o projeto do empresariado para melhoria da qualidade da educação no Brasil, destacamos o seminário internacional

⁷Decreto n. 6.094, Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

realizado em São Paulo, sob coordenação da consultoria internacional *McKinsey* e oito entidades empresariais, entre elas Casa do Saber, Parceiros da Educação e Instituto Unibanco⁸. O Seminário contou com a participação e contribuição de “doze *experts*” em educação escolhidos pelos organizadores⁹. O intuito dos organizadores foi o de pensar metas e estratégias para a transformação e a melhoria da qualidade da educação e de como atingir “os níveis educacionais dos países desenvolvidos até o ano de 2022” (MCKINSEY BRASIL, 2015, p.2). Ao final do seminário os presentes elaboraram um documento intitulado “Transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil”. Para seus autores essa para que essa transformação ocorra é preciso uma “ampla mobilização da sociedade em torno do problema da qualidade da educação básica”. E seguem: “só com a liderança dos novos governantes e participação de todos os setores da sociedade civil teremos a capacidade coletiva de superar os desafios”. Apresenta ainda a ideia de que “como nação, não podemos esperar mais” (MCKINSEY BRASIL, 2015, p.2).

A concepção de qualidade defendida no seminário aposta em critérios da racionalidade empresarial como as mais eficazes, fundada na quantificação e na “neutralidade”. Tal aspecto o elemento político do debate educacional, elegendo a gestão e a mobilização da “sociedade civil” como aspecto central das reformas a serem implantadas. O documento final elenca seis “macrotemas fundamentais” sugeridos como ações que deverão produzir efeitos se forem “implantadas nos próximos anos”.

A reestruturação da Formação e da Carreira do Magistério tem lugar destacado no documento. O texto aponta que a formação do professor é um aspecto que influencia na aprendizagem dos alunos, mas reconhece o problema da pouca atratividade da profissão. Coloca em ênfase que:

O professor tem que dominar o conteúdo que ensina, estar habilitado a conduzir atividades em sala de aula para que os alunos aprendam, precisa ser selecionado de acordo com a sua competência e, ainda, ser estimulado a um contínuo aperfeiçoamento para progredir em uma carreira meritocrática. [...] há um consenso de que o curso de

⁸ Seminário ocorrido no Centro Ruth Cardoso no dia 25 de Maio de 2010

⁹ Cláudio de Moura Castro, Eduardo Giannetti da Fonseca, Eunice Durham, Francisco Soares, Guiomar Namó de Mello, Jamil Cury, Luis Carlos Menezes, Maria Helena Guimarães de Castro, Mauro Aguiar, Mozart Neves Ramos, Reynaldo Fernandes e Ruben Klein.

pedagogia no Brasil NÃO prepara os professores para a sala de aula, uma vez que adota um currículo defasado e desatualizado. (MCKINSEY BRASIL, 2015, p.5)

E sobre a carreira destaca:

Além disso, a carreira existente dos professores concursados, que assegura estabilidade empregatícia e desfavorece a meritocracia, tem se mostrado uma enorme barreira para a melhoria da qualidade do corpo docente. Uma abordagem apenas focada no aumento salarial tampouco solucionará as limitações da atual carreira. (MCKINSEY BRASIL, 2015, p.5)

No documento, portanto os participantes são enfáticos ao proporem a desregulamentação da carreira docente. Fazem a defesa da importância da melhoria dos “salários iniciais para atrair melhores profissionais para a carreira”, mas desde que sejam fixados sob novos critérios, que envolvem a quebra da estabilidade no emprego, no aperfeiçoamento contínuo e na submissão a “avaliações frequentes e na meritocracia” para efeito de promoções e remuneração. O texto destaca ainda que é preciso criar maior “facilidade para desligamento de professores com perfil inadequado”. Além dessas o documento apresenta as seguintes propostas: a “alocação inteligente dos professores por sala de aula”, ou seja, melhores professores em “salas mais desafiadoras”; “Incentivos para a fixação dos professores em uma só escola” e; “Incentivos financeiros para atração de jovens bem-capacitados, tais como, as bonificações pelos resultados”.

No seminário foi feita a defesa aberta de uma nova carreira docentes “paralela e voluntária” em substituição da carreira docente conforme os padrões vigentes baseada critérios de tempo de exercício na profissão e na formação. Esse novo conceito de carreira proposto centra-se no mérito, na avaliação contínua, no aperfeiçoamento profissional e no desempenho. Segue o documento:

Quem quisesse, poderia optar por ela. A seleção seria mais rígida, o salário inicial bem mais atraente (e pode depender da disciplina), as avaliações frequentes e os salários baseados em uma parte fixa e outra variável, dependendo do desempenho (medido pelo aproveitamento escolar dos seus alunos). Igualmente, as promoções seriam respaldadas pelo desempenho em sala de aula e baseadas em claros padrões de excelência conhecidos sobre o que significa ser um “bom” versus um “excelente” professor. As contratações seriam via CLT¹⁰,

¹⁰ Contratação via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em substituição ao Regime Estatutário dos Servidores Públicos.

portanto sem garantia de estabilidade. Ao cabo de algumas décadas, esse sistema substituiria o vigente hoje. (MCKINSEY BRASIL, 2015, p 5-6)

O aspecto da gestão foi bastante destacado no seminário ganhando centralidade na proposta. Enfatizou-se o papel de liderança e autonomia do diretor de escola, propondo que seu trabalho deveria ser submetido a um contrato de gestão baseado em metas. O documento advoga ainda a necessidade de uma “Reforma da Estrutura da Escola” e de implantação de “Novos Sistemas de Ensino”, assim como também, a avaliação para creches e pré-escolas e a ampliação das horas de permanência das crianças e adolescentes na escola.

Outro tema debatido foi o da necessidade da melhoria do fluxo escolar a partir do desempenho. Foi também, destacada a necessidade de se “Viabilizar a Existência de Escolas Públicas com Gestão Autônoma no Brasil” (MCKINSEY BRASIL, 2015, p.13), inclusive com recursos do Fundeb¹¹.

O que se propõe é incentivar a criação de arcabouços institucionais e normativos para regular os diferentes graus de participação de instituições não governamentais, com e sem fins lucrativos, na gestão de escolas ou sistemas de ensino público – da parceria à completa responsabilidade (*as “charterschools”*) – e para estabelecer indicadores de monitoramento dos resultados e auditoria dos recursos alocados. (MCKINSEY BRASIL, 2015, p.13)

Na parte que trata do financiamento há um destaque para a necessidade de revisão dos “critérios de aplicação do FUNDEB, possibilitando que organizações privadas sem fins lucrativos possam receber recursos públicos para administrar escolas mediante critérios pré-definidos” o que “permitiria uma maior flexibilidade, inovação e competição no provimento de educação básica”. (MCKINSEY BRASIL, 2015 p.18)

Mais duas propostas integram o documento. Como segue: a) Reforma do Ensino Médio com ênfase no enxugamento e flexibilização do currículo, no preparo profissional e no empreendedorismo; b) Criação de “um Currículo Mínimo Nacional” e do “Aperfeiçoamento das Avaliações”. Essa proposta pretende a implantação de um currículo atrelado à matriz de avaliação.

As muitas propostas lançadas nesse evento reforçaram alguns programas já implantados pela secretaria, bem como, orientaram outros com a aproximação das

¹¹ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

organizações empresariais através do Programa Compromisso São Paulo. Muitos programas foram reorganizados e agrupados a partir dessa parceria.

O primeiro e mais importante para a agenda dos empresários foi o Programa de Qualidade nas Escolas (PQE). O PQE foi implantado em 2008 com o principal objetivo de promover a avaliação das escolas e intensificar meios de controle e de responsabilização docente. Esse programa integra a prova do SARESP, o IDESP¹² e a Bonificação (Bônus),¹³ assim como também a Prova do Mérito¹⁴ e o Programa Escolas Prioritárias¹⁵. No conjunto dos programas precedentes, destacamos os cadernos do aluno e do professor que foram desenvolvidos a partir da matriz do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), dentro do programa *São Paulo faz escola* durante o governo Serra no ano de 2007¹⁶. Entre 2007 e 2008, a Secretaria de Estado da Educação estabeleceu 10 metas¹⁷ para a melhoria do ensino paulista que englobava várias dessas ações e programas, excluindo apenas as Escolas Prioritárias implantado na gestão do Governador Geraldo Alckimin (2011-2014), já com a participação do Programa Compromisso SP.

O governo de José Serra, entre os anos 2007 e 2010 implementou diversas mudanças no conjunto da legislação estadual que tiveram com objetivo promover alterações nas relações de trabalho do funcionalismo público estadual e especificamente dos servidores da educação. Tais mudanças se materializaram em maior precarização e intensificação do trabalho. Nesse período o governo estabeleceu uma nova (dês) regulamentação do trabalho a partir de critérios baseados no mérito, no controle externo,

¹² Estado de São Paulo - Resolução SE -74, de 6-11-2008. estabelece metas de longo prazo para melhoria da qualidade da educação e institui o índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de SP. (SÃO PAULO –SEE, 2009 b)

¹³ Lei complementar nº 1078, de 17 de dezembro de 2008 que institui bonificação por resultados , no âmbito da secretaria da educação, e dá providências correlatas. (SÃO PAULO –SEE, 2008)

¹⁴ Lei complementar nº 1.097, de 27 de outubro de 2009 que institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências.

¹⁵ Ver São Paulo – SEE (2012 a)

¹⁶ Com base nos resultados do SAEB (hoje Prova Brasil), do Enem e outras avaliações realizadas, em 2007 o Governo do Estado de São Paulo elaborou 10 metas para a educação paulista, a serem conquistadas até 2012. Propôs então, várias ações articuladas com o objetivo de alcançar “melhores resultados”. E para isso criou a Proposta Curricular (base curricular comum) para toda a rede de ensino estadual e os cadernos. (SÃO PAULO –SEE, 2012 b)

¹⁷ Para visualizar as 10 metas acesse: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87027>

na responsabilização e na instabilidade no emprego pelo aumento dos contratos precários¹⁸. (PIOLLI e ROGRIGUES, 2016)

O Programa de Escolas Prioritárias foi implantado para realizar um “monitoramento permanente” das escolas com baixo IDESP a partir da introdução de todos os projetos das secretaria da Educação.

Para reduzir a desigualdade de aprendizado no Estado, o programa Educação — Compromisso de São Paulo prevê intervenção e monitoramento permanente em 1.206 unidades de ensino consideradas de maior vulnerabilidade tanto no aspecto socioeconômico, como nos de infraestrutura e de aprendizagem. [...] Para reduzir a desigualdade de aprendizado no Estado, o programa Educação — Compromisso de São Paulo prevê intervenção e monitoramento permanente [...] Para essas unidades, haverá prioridade na formação continuada de professores, investimentos em infraestrutura, atribuição de professores-mediadores, salas de leituras e projetos especiais de recuperação do aprendizado dos alunos. (SÃO PAULO/ SEE, 2012)

12

O programa de escolas prioritárias passou por modificações importantes desde sua implantação, isso depois de inúmeras críticas ao programa de residência pedagógica por não explicitar claramente as atribuições dos estudantes na escola. As entidades do magistério questionaram o modelo por entender que os estudantes poderiam vir a substituir a falta e a ausência de professores nas unidades. A exposição das escolas e a atribuição de uma marca negativa nas mesmas foi também alvo de muitos questionamentos por parte das mesmas entidades. Em pesquisa anterior apuramos os efeitos negativos à auto-estima, por exemplo, dos diretores de escola e professores que tiveram suas escolas classificadas como prioritárias (PIOLLI, 2013). Esse termo “Escola Prioritária” foi aos poucos sendo substituído, nos corredores da Secretaria, pelo termo “aluno prioritário”.

A maior influência do setor empresarial, no entanto, ocorrerá a partir da implantação do projeto de reorganização gerencial da Secretaria da Educação¹⁹ feito em

¹⁸ A Lei Complementar 1.093 de 16 de julho de 2009, antigo PLC 19/2009, especificou as novas subcategorias de professores admitidos em caráter temporário o categoria “F” já existente, o categoria “L” em extinção com a aprovação dessa Lei e criou o categoria “O” submetido as normas do contrato de trabalho o qual o novo regramento determina, diferenciou o vínculo previdenciário, criou contrato de trabalho específico, além de regulamentar o processo seletivo simplificado para admissão de temporários. Em essência a 1.093/2009 regulamentou a questão dos temporários deixada em aberto desde a aprovação da Lei 1.010/2007. (PIOLLI e RODRIGUES, 2016)

¹⁹ Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011. (SÃO PAULO/SEE, 2016)

2011 pela Consultoria *Mckinsey* contratada pelos parceiros do Compromisso São Paulo. O foco dessa reorganização é a gestão para resultados e, para tanto, promoveu também uma maior centralização das atribuições com criação de diversas coordenadorias acima das Diretorias Regionais e das escolas. O Artigo 26 do Decreto que trata da articulação entre as unidades é claro quanto a esse aspecto. Como segue:

Da Articulação entre as Unidades

Artigo 26 - As atribuições da Secretaria da Educação serão exercidas com forte articulação entre as unidades da estrutura, de forma a assegurar: I) a coordenação central no processo de elaboração, consolidação e execução orçamentária; II o processo unificado de aquisição de bens e serviços em níveis central e regional; III o fornecimento e a administração centralizada de serviços administrativos comuns; IV a orientação técnica e normativa emanada das unidades centrais para as correspondentes unidades descentralizadas nas Diretorias de Ensino; V o esclarecimento e o atendimento das necessidades na operacionalização do Ensino na região, emanadas das Diretorias de Ensino para as unidades centrais responsáveis. (SÃO PAULO/SEE, 2016 a)

A centralização e a atenção dada aos resultados promoveram o aumento dos meios de controle, o que vem se intensificando com a implantação da Secretaria Digital submetida a Coordenadoria de Informação Controle e Avaliação Educacional. A Secretaria Digital foi lançada em 2014 com caráter experimental em algumas Escolas. Nas escolas, os professores e a equipe gestora ficaram com a incumbência realizar diversas tarefas como a digitação dos conteúdos dos diários de classe, ocorrências diversas e o planejamento de aulas sem que tivessem as condições necessárias para execução. A falta de equipamentos, bem como de acesso à internet, levaram os profissionais a ter que realizar serviços em casa. Mesmo com isso, em muitas escolas não foram abolidos os preenchimentos de documentos de forma manual o que gerou duplicação do trabalho. Mesmo sem ter resolvido os problemas apontados acima, agora, com a publicação da Resolução SE 36 de 25 de Maio de 2016 (SÃO PAULO/SEE, 2016 b), essas tarefas da Secretaria Digital se tornaram obrigatórias nas escolas.

O setor empresarial tem atuado também na concepção e implantação do Programa de Ensino Integral, importando para São Paulo o modelo de Pernambuco. Um projeto que concebido e implantado naquela rede em parceria com Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE), organização não-governamental²⁰. No que

²⁰ Entidade fundada pelo empresário Marcos Magalhães (ex-CEO da Philips)

concerne ao trabalho dos professores e diretores de escola existem muitos pontos controversos no projeto. A Lei Complementar 1164 /2012²¹ institui para os professores que trabalham nessas escolas, uma gratificação de 75% sobre o seu salário base. Ao trabalhar de maneira integral em apenas uma escola, o professor fica impedido de complementar sua renda lecionando em outras redes de ensino. Conforme a mesma lei, a gratificação recebida não irá incorporar em seu salário para fins de cálculo de aposentadoria. Diferentemente de outras gratificações que são incorporadas ao salário base em 10 % ao ano de exercício no cargo, está não segue a mesma regra.

A escola de ensino integral contempla vários pontos da pauta dos empresários no que concerne à gestão, ao currículo e ao trabalho docente. No aspecto da gestão a intensificação dos controles, o Plano de Ação baseado em metas e indicadores e da avaliação contínua. Quanto ao currículo destacamos a flexibilização, o projeto de vida, o tema do empreendedorismo e da empregabilidade. O projeto amplifica os controle sobre o trabalho dos diretores, coordenadores e professores principalmente pelo implantação de esquemas de avaliação continuada. Tal modelo de avaliação está articulado ao fato de que nenhum desses profissionais que optaram por trabalha da escola de tempo integral tem cargo efetivo na unidade. Todos tem seus cargos vinculados a outras unidades. Especificamente para o Quadro do Magistério no Artigo 10 consta que

“[...] a permanência como integrante do Quadro do Magistério em Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral, está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos: I - aprovação, em avaliações de desempenho, periódicas e específicas, das atribuições desenvolvidas nas Escolas; II - atendimento das condições estabelecidas no artigo 1º desta lei complementar, aplicando-se, em caso de inobservância, apurada em processo administrativo, as sanções estabelecidas na legislação em vigor, sem prejuízo da prévia e imediata cessação a atuação na Escola. (SÃO PAULO/SEE, 2015)

Para finalizar destacamos que os parceiros do Programa Compromisso SP, com a Consultoria Falconi, atuaram recentemente na proposição do projeto de Reorganização das Escolas que previa o fechamento de 92 Escolas e o fechamento de mais 754 escolas. Apesar da justificativa pedagógica por parte da Secretaria da

²¹Institui o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério. (SÃO PAULO/SEE, 2015)

Educação de que escolas menores produzem melhores resultados e de que a reorganização se fazia necessária em razão das mudanças na pirâmide etária da população em idade escolar. Tal projeto sofreu forte resistência dos estudantes secundaristas que promoveram um grande movimento de ocupação de mais de 200 escolas durante cerca de 60 dias. O projeto tinha um claro caráter gerencial que foi ocultado na sua proposição original, tais como:

a) o enxugamento da secretaria da educação com a redução do quadro docente de forma assemelhada ao processo de reorganização ocorrido nos anos 1990 em São Paulo quando foram fechadas 155 escolas e demitidos 20 mil professores; b) a preparação da rede estadual para um segundo movimento forte de municipalização pela transferência do ensino fundamental para os municípios, que vem ocorrendo desde a promulgação da LDB em 1996 e do surgimento do FUNDEF. Essa intenção está explicitada na Meta 21 da Proposta de Plano Estadual da Educação que o Governo enviou para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (PL 1083/2015) e; c) a preparação da rede para um movimento de *publicização* e privatização do ensino médio tal com já vem ocorrendo em Goiás, Pará e em Pernambuco. Isso ocorrerá no Ensino Médio, tanto nas escolas em tempo integral como também na proposta de flexibilização curricular. Esse movimento está previsto nas metas 6 e 22 do PL 1083/ 2015. (MESKO e PIOLLI, 2015)

15

O projeto de reorganização integra o texto do Plano Estadual de Educação, ainda não aprovado na Assembleia Legislativa do Estado, que o governo apresentou com metas para serem atingidas até 2025. O Plano de Reorganização foi adiado em razão da resistência estudantil e da intervenção do Ministério Público e Defensoria Pública do Estado. Na verdade, o que a Secretaria Estadual fez foi continuar ser projeto de reorganização abandonando o formato original. Nesse ano de 2016, foram fechadas mais de 1200 salas de aula o que provocou a redução do quadro de professores, principalmente os admitidos em caráter temporário.

Considerações finais: primeiras análises e resultados

A presença do setor empresarial na agenda educacional do Estado de São Paulo através do Programa Compromisso SP tem contribuído para que o ideário gerencial previsto pelo projeto da Nova Gestão Pública esteja sendo cumprido. As práticas de avaliação institucional baseadas em metas e indicadores de qualidade produzem resultados e análises que amparam decisões de governo e projetos de reforma.

Os projetos desenvolvidos pelo Estado através dessa parceria estão estabelecendo novas regulações no âmbito do sistema de ensino e nas escolas, fixando novos esquemas centralizados de controle do trabalho do trabalho docente e das equipes escolares com forte acompanhamento supervisionado.

A intensificação dos meios de controle surgem vínculos à esquemas de maior responsabilização e visibilidade de todos os profissionais que atuam no âmbito das escolas e do sistema de ensino. O levantamento documental e as primeiras análises das entrevistas realizadas com supervisores de ensino revelaram que, em verdade a aparência modernizadora desses programas, na prática, preservam as formas tradicionais de gerenciamento tipicamente *tayloristas* no âmbito da organização do trabalho dentro do sistema de ensino, denominadas por Lima (2003), como prática neotaylorianas. Afirmamos isso em razão da crescente sofisticação dos meios de controle que contemplam a utilização do aparato tecnológico e do reforço ao papel de liderança e controle de resultados pelos órgãos superiores. Esses elementos estão sendo identificados em vários programas analisados por nós. No caso dos supervisores de ensino fica evidente a reconfiguração do trabalho das equipes regionais e no papel das diretorias de ensino. Destacamos a ênfase maior ao aspecto gerencial de controle centrado em resultados no acompanhamento das escolas em detrimento do aspecto da orientação de caráter pedagógico.

Os empresários e suas fundações que tem atuado como “consultores” da Secretaria da Educação tem advogado e apoiado programas e projetos que promovem a reconfiguração da carreira dos profissionais do magistério paulista sob novos critérios. Os programas defendidos e implantados por essa parceria fixam novas regulações sobre a carreira agora centradas na produtividade, na bonificação por resultados e na meritocracia. Sob tal aspecto, o programa de Ensino Integral é emblemático, pois além de estabelecer maiores controles e a uma clivagem dentro da categoria docente, em razão do Regime de Dedicção Intergral e da gratificação, fixa maiores controles dos resultados e esquemas de avaliação continuada combinados com a insegurança e a instabilidade desses profissionais que optaram por atuar nessas escolas de tempo integral.

Em toda a rede de ensino do Estado, o estreitamento do currículo e seu direcionamento para as matrizes do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do

Estado de São Paulo (Saresp) o que resultou no apostilamento e, por sua vez, em um maior controle do trabalho do professor. Essa é uma tendência que vem sendo verificada em todos os países vinculados à OCDE e que restringe a função da escola (Gestão) aos resultados e nas aprendizagens fundamentalmente em Português e Matemática, ou quando muito, em ciências.

Para os representantes do setor empresarial, conforme estamos apurando, a escola é de qualidade quando os alunos têm notas altas na referidas disciplinas acima. E, na mesma direção do que aponta Freitas (2012), estamos apurando que tal ênfase nos esquemas avaliativos tem provocado maior estranhamento entre os professores e demais profissionais que atuam nas escolas, isso por desconsiderar, os esforços das escolas que procuram atuar no desenvolvimento global das crianças que estimulam a criatividade, desenvolvem a capacidade emocional e afetiva das crianças, nos cuidados com o desenvolvimento do corpo e desenvolve a capacidade artística. Em muitos casos essas práticas conforme apuramos (Piolli, 2013) ocultam os esforços das equipes escolares que trabalham, em muitos casos sob condições adversas apresentadas pelas escolas e seus contextos.

De maneira preliminar o que estamos apurando é esses programas tem produzido reconfiguração do trabalho docente e dos demais profissionais que atuam no sistema de ensino promovendo a desregulamentação da carreira nos moldes atuais e, ao mesmo tempo, fixando novos critérios centrados na produtividade e na meritocracia. O que estamos verificando é que o caráter gerencial e empresarial dos programas está contribuindo para o aumento dos controles e da intensificação do trabalho engendrando maior responsabilização e culpabilização dos trabalhadores.

Bibliografia

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e Performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v.35, n. 126, p.536-564, set/dez.2005.

BRUNO, Lucia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v.16, n.48, set./dez. 2011.

FREITAS. Luiz Carlos. Educadores versus reformadores empresariais: a disputa pela agenda educacional. *Revista APASE*. n. 13. São Paulo, maio de 2012.

_____. Políticas de avaliação no Estado de São Paulo: o controle do professor como ocultação do descaso. *Educação e Cidadania*, v.8, n.1, 2009. 17R.59-66.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São

- Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- GAULEJAC, Vincent. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Idéias& Letras. 2007.
- LIMA, L. C. Políticas educacionais, organização escolar e trabalho dos professores. *Educação: Teoria e Prática*, v.21, n.38, 2011.
- _____. *A escola como organização educativa*. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.
- MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues; PIOLLI, Evaldo. Editorial. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 17, n. 3, dez. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8642329>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- MCKINSEY BRASIL. A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Transformacao-da-ed>. Acesso em; 15/11/2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle”. *Lua Nova - Revista de Cultura Política*, nº.45, 1998.
- PIOLLI, E. Política educacional e gerencialismo: os programas e projetos da SEE-SP para a qualidade e suas implicações nas escolas, no trabalho e na saúde dos profissionais do magistério. *Suplemento Pedagógico APASE*, jul. 2013.
- PIOLLI, Evaldo e RODRIGUES, Diego V. As mudanças no arcabouço legal e a precarização do trabalho docente no estado de São Paulo durante o governo de José Serra - PSDB (2007/2010). In: *Seminário Nacional da Redestrado/ Brasil*. Santa Maria/RS, 2016.
- RAVITCH, D. Vida e Morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SÃO PAULO/SEE. Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011. *Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas*. In: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57141-18.07.2011.html>. Acesso em 13/04/2016. 2016a
- _____. Resolução SE 36 de 25 de Maio de 2016. Institui, no âmbito dos sistemas informatizados da Secretaria da Educação, a plataforma “Secretaria Escolar Digital” - SED, e dá providências correlatas. 2016 b
- _____. Lei Complementar 1164 /2012. Institui o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério. In: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=165008>. Acesso em: 20/04/2015. 2015.
- _____. Escolas prioritárias. in: www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/compromisso-sp/escolas-prioritarias. Acesso em: 22/10/2013. 2013a.
- _____. *Resolução se nº 3, de 18 de janeiro de 2013*. Dispõe sobre mecanismos de apoio à gestão pedagógica da escola para implementação de ações estabelecidas pelo Programa Educação - Compromisso de São Paulo. 2013 b
- _____. *Programa de Escolas Prioritárias*. In. <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/escolas-prioritarias>. Acesso em: 15 de Agosto de 2012a.
- _____. *Estado lança 10 metas de educação em São Paulo*. In <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87027>. Acesso em: Junho de 2012b.
- _____. Decreto nº 57.571/2011 de dezembro de 2011 que estabelece a composição para o Conselho Consultivo do Programa Educação Compromisso de São Paulo. 2011.

_____. *Programa de Qualidade da Escola-PQE: nota técnica*. Disponível em: <http://edunet.sp.gov.br>. Acesso em: 25/8/2009 a.

_____. SEE. Resolução SE - 74, de 6/11/2008. *Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP*. Disponível em: WWW.undemo.org.br/Res%2074_08.htm. Acesso em 13/9/2009 b.

_____. *Institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências*. Lei complementar nº 1097, de 27 de outubro de 2009c.

_____. *Lei Complementar Nº 1078*, de 17 de Dezembro de 2008. 2008

SAVIANI, Demerval. Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SCHULTZ T. Capital humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.